

**POLÍTICAS
EDUCACIONAIS DE
ENSINO SUPERIOR
NO SÉCULO XXI
UM OLHAR
TRANSNACIONAL**



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLADO 75% PRÉ-CONSUMO, 25% PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PREVERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

MARIA DE LOURDES PINTO DE ALMEIDA
ELISABETE MONTEIRO DE AGUIAR PEREIRA
(ORGANIZADORAS)

**POLÍTICAS
EDUCACIONAIS DE
ENSINO SUPERIOR
NO SÉCULO XXI
UM OLHAR
TRANSNACIONAL**

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Políticas educacionais de ensino superior no Século XXI : um olhar transnacional / Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira, (organizadoras). -- Campinas, SP : Mercado de Letras, 2011. -- (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Vários autores.

ISBN 978-85-7591-202-7

1. Educação superior 2. Ensino superior 3. Política educacional
4. Política e educação 5. Políticas públicas 6. Reforma universitária
I. Almeida, Maria de Lourdes Pinto de. II. Pereira, Elisabete Monteiro de Aguiar. III. Série.

11-10181

CDD-378.155

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino superior : Políticas educacionais 378.155
2. Políticas de ensino superior : Educação 378.155

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Região Sul – GEPES Sul

Coordenação Editorial: Maria de Lourdes Pinto de Almeida (Uniplac)

Ana Maria Netto Machado (IFSC)

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira (Unicamp)

José Camilo dos Santos Filho (Unicamp)

Marilane Maria Wolff Paim (Uniplac)

Sônia Regina Souza Fernandes (IFSC)

Vitor Hugo Mendes (Uniplac)

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

setembro/2011

IMPRESSÃO DIGITAL

– IMPRESSO NO BRASIL –

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.

É proibida sua reprodução parcial ou total sem a autorização prévia do Editor. O infrator estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
------------------------	---

Maria de Lourdes Pinto de Almeida
Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira

capítulo 1

A MUNDIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO VALOR E A RACIONALIDADE DAS REFORMAS DA EDUCAÇÃO	21
--	----

João dos Reis Silva Jr

capítulo 2

LA TRANSFORMACIÓN DE LA UNIVERSIDAD ESPAÑOLA . . .	71
--	----

Mariano Fernandez Enguita

capítulo 3

A REFORMA UNIVERSITÁRIA EM PORTUGAL NESTE INÍCIO DO SÉCULO XXI: DOS RISCOS ÀS POSSIBILIDADES	83
---	----

António Teodoro

capítulo 4

REFORMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CHILE, NO BRASIL
E EM PORTUGAL: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA 103

Afrânio Mendes Catani

Juan Carlos Campbell Esquivel

Renato de Sousa Porto Gilioli

capítulo 5

ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA E A
GLOBALIZAÇÃO DA RACIONALIDADE CAPITALISTA 123

Margarita Victoria Rodríguez

Liliana Gonzaga de Azevedo Martins

capítulo 6

A RELAÇÃO UNIVERSIDADE PÚBLICA & SETOR
PRODUTIVO NA AMÉRICA LATINA: MAIS IMPASSES
QUE POSSIBILIDADES 145

Maria de Lourdes Pinto de Almeida

Airton Carlos Batistela

capítulo 7

COMO A COMUNIDADE DE PESQUISA PARTICIPA
NA POLÍTICA DE C&T E DE EDUCAÇÃO SUPERIOR? 175

Renato Dagnino

capítulo 8

UNIVERSIDADE E CURRÍCULO: PARADIGMAS
E ESTRUTURAÇÃO 205

Elizabete Monteiro de Aguiar Pereira

capítulo 9	
DA ESTETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À EDUCAÇÃO INTERCULTURAL DAS POLÍTICAS NA UNIVERSIDADE	229
Valdo Barcelos Amarildo Luiz Trevisan	
capítulo 10	
A FORMAÇÃO DOCENTE NAS LICENCIATURAS NO ENSINO SUPERIOR MERCANTILIZADO	245
Celso Carvalho Ivanise Monfredini	
capítulo 11	
A PROFISSIONALIZAÇÃO PRAGMÁTICA DE PROFESSORES . . .	267
Suze Scalcon	
capítulo 12	
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: INAÇÃO, CONTROLE E DESONERAÇÃO EM TERMOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS . . .	287
Geraldo Antônio da Rosa	
SOBRE OS AUTORES	313



APRESENTAÇÃO

Sob vários aspectos, é possível dizer que o capitalismo desacorrentou Prometeu do castigo que lhe havia imposto Zeus, por ensinar aos homens o segredo do fogo, para que pudessem emancipar-se das forças da natureza. Mas também é possível dizer que Prometeu escapou da tutela de Zeus e foi colocado sob a tutela do capital. O mistério da metáfora não foi desfeito, desenvolveu-se, foi refeito. (Ianni 1995, p. 198)¹

A preocupação central deste livro é a de contribuir com a discussão em torno das políticas de ensino superior, a partir de diferentes realidades, numa perspectiva transnacional. Não se tem aqui a preocupação de homogeneizar as análises, sequer construir ou partir de modelos analíticos pré-existentes. Ao contrário, busca-se interligar diferentes enfoques teóricos sobre a questão considerando que é neste contexto de troca que se enriquece a discussão.

1. Ianni, O. (1995). *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

No entorno dos diferentes enfoques teóricos, e das diferentes realidades abordadas, aparece um pressuposto comum: a questão em análise tem origem num contexto capitalista, apresentando uma ordem social, política e econômica definida pelo antagonismo entre capital e trabalho. Considera-se que nos dias de hoje, no atual contexto social, no âmbito da nova configuração social, política e econômica global, introduzem-se elementos novos na estrutura social, os quais ofuscam os limites e os interesses de classes, pela própria feição nova do espaço da atuação econômica. Esta complexidade aparece no contexto dos diferentes enfoques de análise da temática analisada neste livro. No entanto, independentemente da diferentes abordagens e interpretações acerca das políticas públicas de educação superior neste livro, pressupõe-se que não é possível construir uma análise da complexidade que envolve a elaboração e implementação de políticas públicas, como as educacionais, sem se levar em consideração a existência da relação intrínseca entre o Estado e as classes sociais, em particular entre o Estado e a classe dominante.

Tenta-se, portanto evitar apresentar neste livro uma história factual de uma Política Educacional do Ensino Superior descontextualizada e sem reflexão mais aprofundada, destituída de embasamento teórico, e com frases emotivas e de juízo de valor, apresentando reformas universitárias como “expressões redentoristas” e “salvadoras” de uma problemática educacional que se apresenta, se configura e se sedimenta há décadas.

Na perspectiva exposta acima, João dos Reis Silva Jr abre a discussão com o texto “A mundialização da produção do valor e a racionalidade das reformas da educação”. Para o autor, a existência humana e suas necessidades decorrentes em sociedade precederam a produção histórica do Estado moderno e de suas instituições para a construção, regulação e consolidação do pacto social. Convém aqui destacar desde logo que, para João dos Reis, o público identifica-se com a sociedade, de um lado, dando origem ao poder político que se materializará no Estado e, de outro, que o público torna-se o pólo

antitético do privado no âmbito da sociedade e do Estado. O autor afirma que por essa razão, desde a criação do Estado e particularmente do Estado moderno, existe uma contradição entre o público e o privado em qualquer esfera de atividade humana, especialmente, no interior do próprio Estado e de suas instituições. Tal contradição histórica deriva segundo Silva JR, de um lado, da outorga das atividades de legislar, julgar e executar que são individuais no estado natural, para a esfera normativa do pacto social, o Estado; de outro, da instituição mesma que sustenta o pacto social por meio do poder político que é o Estado. Isto implica afirmar a predominância de um pólo da contradição – o público – ou do seu antitético – o privado – em função de como se organizam a sociedade, o Estado e as relações entre eles mediadas pelo poder político com base na natureza e na economia. No entanto, como seu lugar é a sociedade, seu ethos deve ser, segundo a doutrina liberal clássica, predominantemente pública. Para o autor, nesse quadro configura-se o pacto social e seu produtor, o cidadão, bem como a qualidade de ser cidadão: a cidadania.

Valorizando a constatação elaborada por João dos Reis, Mariano Fernandez Enguita da Universidade de Salamanca analisa o Ensino Superior e as Políticas Educacionais Espanholas, no texto intitulado “A transformação da Universidade Espanhola”. O autor constrói um histórico sobre a gênese, a implantação e as consequências das Políticas Educacionais nas IES da Espanha, nas décadas de 50 até os dias de hoje.

Na mesma perspectiva de análise, o professor português, Antonio Teodoro nos brinda com o texto “A reforma universitária em Portugal neste início de século XXI: dos riscos às possibilidades”. Para o autor, Portugal encontra-se numa situação paradoxal, possuindo um contexto socio-histórico bem marcado. Por este motivo, apresenta por um lado, um assinalável atraso no que diz respeito à generalização da escola para todos, com as inevitáveis consequências nos indicadores educativos que normalmente o colocam num dos últimos lugares das comparações internacionais, e, por outro, profundas e rápidas transformações no último quartel do século XX, que o

podem tornar um espaço de experimentação incontornável quando se procuram novos caminhos para a educação e a formação.

Afrânio Mendes Catani, Juan Carlos Campbel Esquivel e Renato de Sousa Porto Gilioli, discutem as “Reformas da educação superior no Chile, no Brasil e em Portugal: uma abordagem comparativa”. Segundo os autores, diversas pesquisas já destacaram o caráter neoliberal das reformas da educação superior na América Latina na década de 1990. Segundo os autores, quase toda a região foi afetada por mudanças no sentido de transformar a educação em um serviço, constituindo-se em mais um dos setores a ser regido pela lógica do livre-mercado – caso típico do Brasil. No entanto, para uma análise comparativa da região, é necessário também salientar, segundo os autores, o caso do Chile, onde este modelo foi estabelecido bem antes de outros países latino-americanos. Por sua vez, o caso português nos permite observar, afirma os autores, aspectos determinantes das reformas da educação superior dos anos 90 que se inserem em um contexto global, com semelhanças e diferenças entre tais movimentos em países do capitalismo central e periférico. No texto os autores deram um enfoque prioritariamente no caso chileno e, a partir daí, estabeleceram relações com a educação superior no Brasil e em Portugal. Para os autores, as reformas recentes do setor no Chile iniciaram-se sob o regime militar (1973-1990), que inaugurou a implementação do neoliberalismo na América Latina nos anos 70 (Milton Friedman foi conselheiro do general Pinochet).

Margarita Victoria Rodriguez e Liliana Gonzaga de Azevedo Martins nos brindam com uma excelente análise do “Ensino Superior na América Latina e a globalização da racionalidade capitalista”. O texto discute de forma crítica e dialética, por meio de fontes documentais (documentos do Banco Mundial, UNESCO, leis, decretos, portarias, programas de modernização institucional), como o ensino superior na América Latina, por meio de suas reformas, foi objeto de ações e demandas que levaram a um processo de mudanças. Estas objetivavam, segundo as autoras, a modernização e adequação deste sistema às exigências políticas e econômicas, alterando o perfil e a

função história deste nível. Assim no início desta década, afirmam as autoras, se abandona o debate, em relação ao papel social da universidade, e se institui a cultura da produtividade e eficiência. Aparece assim, nos fóruns nacionais e internacionais a preocupação com a qualidade, a gestão e a avaliação dos sistemas de ensino superior.

Um dos problemas mais mencionados nas análises e discussões sobre política científica e tecnológica nos países latino-americanos refere-se ao pouco uso do potencial de Pesquisa & Desenvolvimento das universidades devido à inexistência de uma demanda explícita por parte das empresas. Maria de Lourdes Pinto de Almeida e Airton Carlos Batistela discutem essa questão no capítulo intitulado “A Relação Universidade Pública & Setor Produtivo na América Latina: mais impasses que possibilidades”. Para os autores apesar deste reconhecimento, pode-se afirmar que a interação ainda não se desenvolveu e que ainda estamos longe da criação de amplos programas de interação entre esses setores. Nos países da América Latina, a experiência dos setores industriais interligados com universidades é escassa. Isso parece ocorrer devido a uma tendência de não dedicação às tarefas de Pesquisa & Desenvolvimento, pois persiste ainda a tendência das empresas se limitarem basicamente a importar pacotes tecnológicos. Isso ocorre principalmente com as indústrias menos complexas, onde ocorre apenas pequenas adaptações de tecnologia tradicional, que não justificam pesquisas universitárias para o seu desenvolvimento. Contudo, para Almeida e Batistela, o sistema de ensino superior na produção científica na América Latina destaca-se na produção técnico-científica face à fragilidade do sistema de Ciência & Tecnologia privado ou mesmo estatal extrauniversitário. Muitas propostas, segundo os autores, procuram repensar o papel da universidade frente ao desenvolvimento econômico. Trata-se de tentativas de implantar programas de integração mais efetiva da academia com as empresas. No entanto, uma série de fatores tende a dificultar o entendimento entre esses dois setores. A partir dessa análise histórica da relação Universidade-Em-

presa, dos principais elementos ou sistemas desenvolvidos e da indicação da situação em que se encontra essa interação na América Latina e no Brasil, podemos traçar as características dos modelos da correlação entre a academia e o setor produtivo. Esses modelos do lado da análise histórica, nos permitirão uma compreensão mais acurada da questão da pesquisa aplicada na Unicamp e dos vínculos que esta universidade tem estabelecido com a empresa.

Dando continuidade a esta discussão, Renato Dagnino nos brinda com uma discussão acerca de “Como a comunidade de pesquisa participa na Política de C&T e de Educação Superior”. Este trabalho se insere numa preocupação fundacional dos estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), que, segundo o autor, tem a ver com a própria razão de ser da Política Científica e Tecnológica (PCT): o entendimento dos obstáculos que se interpõem à plena utilização do conhecimento produzido em ambientes precipuamente dedicados à pesquisa e aqueles orientados à produção de bens e serviços. Mais especificamente, o texto busca entender as relações que se estabelecem no interior das universidades, instituições de pesquisa e de fomento e planejamento, todas elas públicas (Complexo Público de Ensino Superior e de Pesquisa- CPESP), e destas com a sociedade. Essas relações, embora não digam diretamente respeito a componentes tradicionalmente considerados essenciais do processo inovativo (as estruturas de natureza tecnológica e de engenharia, e organizacional e econômica), mas sim a dinâmicas culturais e sociais, são indispensáveis para explicar o desempenho socioeconômico alcançado neste processo pelas sociedades. De modo a situar o trabalho no campo dos Estudos CTS (ou de modo mais restritivo, no campo das análises sobre a PCT), apresenta-se a trajetória de pesquisa que o originou, relacionando, ao conteúdo de suas seções, algumas das direções perseguidas. Posteriormente, e ainda com o objetivo de situar o leitor no tema tratado, apresenta-se o conceito ampliado de comunidade de pesquisa utilizado neste trabalho, mediante o qual se busca fundamentar o seu argumento central. Ou seja, de que em nosso país (e, em geral, na América Latina) os professores-pesquisadores

com desempenho profissional no âmbito do CPESP possuem um papel dominante na elaboração da PCT. Para Dagnino, a julgar pela ênfase que colocam nos mecanismos de política e nos arranjos institucionais orientados à vinculação universidade-empresa, sequer percebem os aspectos relacionados à visão ideológica e ao comportamento da comunidade de pesquisa enquanto ator político na elaboração da PCT. De fato, em quaisquer dos dois casos, não há uma tentativa de tratamento sistemático desses obstáculos institucionais através dos instrumentos disponibilizados pela Análise de Políticas por parte desses pesquisadores.

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira no texto “Universidade e Currículo: paradigmas e estruturação” analisa as implicações que as alterações nos paradigmas do conhecimento tiveram na instituição “universidade” ao longo da sua história. O objetivo desta discussão, segundo a autora, é o de compreender as implicações que o atual debate sobre paradigmas epistemológicos tem na presente estruturação curricular. Busca-se entender as relações das questões socioculturais com o conhecimento trabalhado na universidade e como a questão do conhecimento, como a base da organização curricular da universidade, responde aos paradigmas de seu tempo histórico. Faz-se uma reflexão sobre a passagem da universidade pelas diferentes tradições intelectuais que a orientaram no mundo cultural ocidental e a ligavam à hegemonia do poder e à hegemonia do pensamento cultural. Todas as mudanças nessa hegemonia, para Pereira, repercutiram na universidade com mudanças na organização e distribuição do conhecimento e, portanto, no currículo.

Valdo Barcelos e Amarildo Trevisan fazem uma reflexão em no texto que tem por título “Da estetização das políticas de educação superior à educação intercultural das políticas na universidade” sobre as políticas hegemônicas de educação superior no Brasil do ponto de vista de sua conformação à ordem de estetização das relações sociais. Os autores querem enfrentar o desafio de como pensar, elaborar e propor uma alternativa de concepção da formação docente no ensino superior que comece a romper com o/os modelo/os hegemônicos até

então vigentes. A ênfase de nossas reflexões tem como fonte teórica a contribuição de autores brasileiros e latino-americanos contemporâneos para o tema, sem, contudo, abrir mão de diálogos com pensadores de outras nacionalidades. Continuaremos, no presente ensaio, procurando apontar alguns caminhos possíveis de uma adequação destas políticas ao movimento de interculturalidade e de complexidade que transpassa o momento atual. Momento, este, que está fortemente marcado por um processo intenso de encontros e/ou confrontos culturais. São encontros que estão a exigir de toda a intelectualidade brasileira e, como não poderia deixar de ser, daquela que atua nas universidades, um repensar de suas bases éticas, estéticas e epistemológicas de produção de conhecimento e, em particular, no que se refere à formação docente.

O texto elaborado por Celso Carvalho e Ivanise Monfredini, que discute a “Formação docente nas licenciaturas no ensino superior mercantilizado”. Segundo os autores, nas três últimas décadas do século 20, um conjunto de reformas foi apresentado e defendido no contexto mundial por meio de intensa ação político-institucional das agências multilaterais. Essas instituições, na condição de intelectuais orgânicos do capital, foram responsáveis, no plano mais amplo, pela elaboração das diretrizes dessas reformas. O pressuposto inicial a orientar as reformas era o de que as transformações em processo no capitalismo mundial não comportariam mais as formas de organização criadas no contexto do imediato pós-guerra, ou seja, o chamado Estado de Bem Estar Social, não possuía mais viabilidade em razão da crise fiscal e dos elevados custos decorrentes dos intensos programas de seguridade social e previdenciária do período. Todas as formas de impedimento e obstáculo à circulação somente concorriam para o aumento dos custos e para a perda de competitividade das nações, assim, o discurso acerca da globalização da economia e da liberalização dos mercados de produção e consumo passou a fazer parte da agenda política brasileira. Em relação à educação superior as mudanças realizadas pelo governo foram intensas. Os autores relatam que no caso do ensino superior foi estabelecido um modelo

que permitiu a diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES) ao mesmo tempo em que abriu espaço para intensa mercantilização da atividade educacional. Esse processo tornou mais explícito, para os autores, um dos pontos centrais da reforma: a cristalização da educação como um bem econômico e não mais como bem público e investimento político e social.

Na sequência Suze Scalcon discute no próximo capítulo “A profissionalização pragmática de professores”. Segundo a autora, este texto é resultado de uma investigação que tomou como objeto a profissionalização de professores entendida como conceito principal das mudanças promovidas pela reforma do sistema de formação no Brasil a partir dos anos de 1990. O estudo intentou localizar o teor epistemológico na produção de autores que publicaram sobre a temática da profissionalização de professores nas revistas *Qualis Internacional A*, entre os anos de 1996 a 2005. Apoiou-se na hipótese de que tal produção sofre substancial influência do pragmatismo epistemológico, depreendemos que a substancialidade dessa influência é vigorosa em quatro das sete produções analisadas, as quais incorporam a epistemologia da prática como fundamento da profissionalidade do professor. Nesta produção foram apresentados resultados da investigação referida salientando uma discussão sobre as consequências para a pesquisa educacional fundada no modelo pragmático de conhecimento e destacou-se conclusões a identificação de duas formas distintas de apreensão do que seja profissionalizar professores, de conceber o trabalho educativo em face de suas finalidades sociais; formas que se caracterizam ou pelo resgate e manutenção da tarefa histórica da escola ou pela defesa de que esta venha tanto a alargar suas funções, como modificar a essência do trabalho educativo.

Para encerrar as discussões trazemos o texto de Geraldo Antonio da Rosa sobre “A formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental: inação, controle e desoneração em termos de políticas públicas”. Este trabalho propõe analisar a formação de professores no estado de Santa Catarina para as séries iniciais

do ensino fundamental, destacando a inação, controle e desoneração por parte do Estado em termos de políticas públicas. Tem-se como ponto de partida as seguintes questões problema: se existe em termos de políticas públicas controle, inação e desoneração por parte do estado de Santa Catarina no processo de formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental? Em que medida, os documentos dos Organismos Internacionais que buscam traçar diretrizes para a Educação são efetivados na prática? Objetiva-se se estabelecer reflexão a respeito do processo de formação de professores no Brasil a partir da vinda dos jesuítas até o momento histórico atual, a partir de momentos relevantes da história da educação brasileira. Buscar-se-á pontuar na atualidade alguns aspectos referente aos documentos e compromissos firmados em encontros internacionais e a efetivação política destas diretrizes, uma vez que se observa através de avaliações que muitas das decisões não são efetivamente colocadas em prática, bem como será abordado alguns aspectos referentes ao processo de formação de professores no estado de Santa Catarina. Inicialmente será feito uma análise do processo de formação de professores no Brasil ao longo de sua história, pontuando os encontros e articulações dos Organismos Internacionais e a práxis dos compromissos assumidos em termos de políticas públicas. Num segundo momento será abordado aspectos gerais da formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental no estado de Santa Catarina, procurando trazer uma reflexão a respeito de uma certa inação, controle e desoneração do poder público estadual em relação a este processo, a partir da década de 60.

Finalizando, destacamos a importância teórica e política de se compreender o Estado Liberal como um complexo processo de construção hegemônica, ou seja, como uma estratégia de poder que se implementa em sentidos articulados, por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, educacional e, por outro através de uma série de estratégias políticas orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais, a partir dos quais,

legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem, e devem ser aplicadas, no atual contexto histórico das sociedades capitalistas.

O Estado neoliberal prega o mínimo de investimento na área social, e consequentemente na educação. Nessa perspectiva define de forma centralizada o conhecimento oficial que deve circular pelos estabelecimentos educacionais, estabelecendo mecanismos verticalizados e antidemocráticos de avaliação do sistema, retirando ano após ano, reforma após reforma, autonomia pedagógica das instituições. Podemos afirmar, no entanto que centralização e descentralização são duas faces de uma mesma moeda, moeda esta que contém a dinâmica autoritária que caracteriza as reformas educacionais implementadas pelos governos neoliberais.

Pode parecer, por ora, que os intelectuais neoliberais estão tendo um grande êxito em impor seus argumentos como dogmas inquestionáveis e de necessidade única e singular para resolver problemas que as Universidades têm enfrentado no final do século XX e início de século XXI. Cabe a nós, educadores que trabalhamos na contra mão do capital, a desconstrução desse discurso, desarticulando a aparente e inquestionável hegemonia que nos parece permear as relações econômicas e sociais na Educação Superior. No entanto, trata-se de um desafio do qual depende a possibilidade de se construir uma nova hegemonia que dê sustentação material e cultural a uma sociedade civil plenamente democrática e igualitária.

as organizadoras
Lages/Campinas, maio de 2011

